

## FUTEBOL

*As previsões de  
Brasil Agora para  
o campeonato  
nacional*

**PÁG. 16**

## CAMPO



*O congresso dos  
sem-terra e  
o "caminhãoço"  
sobre Brasília*

**PÁGS. 4 E 5**

## MUNDO

*Bósnia, Chiapas  
e os planos do  
exército dos EUA  
para intervenções  
na América Latina*

**PÁGS. 13 A 15**

## EDUCAÇÃO

*O Banco Mundial  
intervém  
para elitizar  
ainda mais  
o ensino*

**PÁGS. 10 E 11**

## SOCIALISMO



*A morte  
de Mandel,  
um marxista  
que rejeitava  
os dogmas*

**PÁG. 12**



**EXCLUSIVO:**

# POR QUE FHC ABAFA O CASO DALLARI

*Cartas anônimas que circulam entre políticos e jornalistas permitem suspeitar que:*

- 1. Há na Receita Federal um segundo "esquema" de tráfico de influências, em favor de empreiteiras envolvidas no escândalo PC.*
- 2. Por trás dos dois casos podem estar as "caixas de campanha" do PSDB e do PFL*

# CARTAS



**Parabéns por resistir**  
Parabéns pelo esforço de manter a publicação **Brasil Agora**, pelo menos um foco de idéias contrárias ao governo FHC. Após a ressaca do Real, enfim caímos na real.

Gilson D. Moreira  
Registro-SP

**Falha vossa**  
Assim é difícil a gente se entender no PT. O "Boletim Nacional" encartado no "Brasil Agora" 71 dizia, na matéria sobre o encontro dos parlamentares do partido que atuam no meio rural, que a primeira tarefa era "articular, potencializar e apoiar a jornada de lutas populares que será desencadeada com as manifestações do dia 25 de julho, Dia Nacional do Trabalhador Rural".

Não custa lembrar que já em junho passado os trabalhadores rurais mobilizaram-se em todo o país no Grito da Terra Brasil, pressionando os governos federal e estaduais. Segundo a coordenação do movimento, cerca de 120 mil trabalhadores se mobilizaram em mais de dez estados. Ou seja, a matéria desconheceu o que já estava sendo feito por muitos mi-

litantes e pelas organizações populares, e que não foi pouca coisa.

Emma Siliprandi  
S.PauloSP

### Mais humor

Foi com invulgar satisfação que li o novo jornal **Brasil Agora** e expresso meus votos de sucesso.

Apóio as sugestões do leitor João Carmo, de Piúma (ES), principalmente no tocante ao humor, que pode realmente impulsionar as vendas. Além disso, na "imprensa" não existe espaço para gozações, uma vez que acabaram todos puxa-sacos.

Leninson Casconi Melzi  
São José do Rio Preto-SP

### E as prefeituras?

Sou assinante e leitor assíduo deste jornal. Realmente traz informações mais seguras e fidedignas que a grande imprensa.

Porém, gostaria de dar-lhes uma sugestão: seria muito útil que se tornassem mais conhecidas as prefeituras administradas pelo PT, pois a grande imprensa só passa críticas destrutivas em relação às esquerdas e à população. A cada edição, o jornal poderia divulgar o trabalho em duas ou três cidades, sobretudo no-

vidades administrativas, até como sugestão a outras administrações.

Agindo assim, estaremos mostrando que o PT está a serviço da população, e não é um partido narcisista.

Luiz Roberto Lemos do Prado  
São Paulo-SP

### Pense no Haiti

Quero cumprimentá-los pela nova fase do jornal. Tomara que tudo corra bem. Li uma entrevista do economista Paulo Schilling ao jornal do Sindicato dos Jornalistas de S.Paulo no qual ele reclama, ansioso e indignado, a existência de um jornal da esquerda, com uma tiragem respeitável, que pudesse refletir o sentimento de grande parte do povo brasileiro com esse (des)governo FHC. Ele cita números, lembrando que se um em cada dez petistas assinasse o jornal ele alcançaria 50, 60 mil exemplares com relativa facilidade.

Comunico que lançarei em agosto o livro "Pense no Haiti, zeze pelo Haiti". Relata a história da freira brasileira Santana Perin, que em julho do ano passado saiu do Haiti em um barco a vela, com mais de 66

refugiados e dois padres (no barco caberiam 35!), em direção a Miami. O objetivo era chamar atenção para o drama que estava acontecendo no país. Mais tarde, os EUA invadiram o Haiti, contra a opinião de grupos de direitos humanos. Santini retornou em março deste ano.

Guilherme Salgado Rocha,  
São Paulo-SP

### Contentamento da Benê

Minha carta sobre o abraço da senadora Benedita da Silva (a "Benê") à dupla ACM-Sarney saiu com uma palavra trocada: ao invés de contentamento, o jornal publicou comportamento. Caso a senadora se abalance a responder a crítica feita, solicito que o jornal esclareça o erro cometido. "Comportamento sem limites", como aparece, deturparia meu comentário — que critica basicamente a atitude política de Benê, não tendo, pois, qualquer conotação moral, como a palavra trocada pode sugerir.

Flora Luxemburgo  
São Paulo-SP

BRASIL  
AGORA

**CONSELHO EDITORIAL:** ALÍPIO FREIRE, EDUARDO SUPICZY, FREI BETTO, HAMILTON PEREIRA, JOSÉ AMÉRICO DIAS, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, MARKUS SOKOL, MILTON TEMER, MYRIAN ALVES, PERSEU ABRAMO, PINO DE ARRUDA SAMPAIO, RAUL PONT, RENATO SIMÕES, RITA FREIRE, VERA GOMES, BRUNO MARANHÃO E ANTONIO MARTINS

**DIRETOR:** BRUNO MARANHÃO  
**EDITOR:** ANTONIO MARTINS  
**REDAÇÃO:** CECÍLIA LUEDEMANN, MARISA LOURENÇO, MYRIAN ALVES E WILLIAM AGUIAR  
**DIAGRAMAÇÃO:** NILTON CESAR ZANELLI  
**PESQUISA DE FOTOS:** IVANILDA ALVES  
**ILUSTRAÇÃO:** MARINGONI  
**COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:** ALÍPIO FREIRE, CARLOS ALBERTO MATUOKA, FERNANDO CAMPOS, FRANCISCO CAPARROZ, GERSON TEIXEIRA, IGOR FUSER, JACOB GORENDER, JOÃO MACHADO E RAIMUNDINHA

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:** CECÍLIA LUEDEMANN - MTB: 14.915

**ADMINISTRAÇÃO:** MARIA RODRIGUES DE LOIOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES  
**CIRCULAÇÃO:** ANA MARIA ALVES  
**REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** RUA VICENTE PRADO, 134 - CEP: 01321-020 - SÃO PAULO  
TELEFONE: (011) 605-5088 FAX: (011) 605-5087

**PUBLICIDADE:** ELIANA ALVES MORAES

### ASSINATURAS

**COORDENADORA:** ELIANA ALVES MORAES (011) 604.9432  
**ARACAJU:** ZINAIDE SANDRES (079) 224.2692  
**BELO HORIZONTE:** ANTONIO DE PÁDUA CEBOLA (031) 226.3856 ou 222.3811  
**JOÃO PESSOA:** ANA PAULA (083) 322.6747  
**FORTALEZA:** JOSÉ VITAL (085) 226.5311  
**MACEIÓ:** MARCELO NASCIMENTO (082) 221.5788  
**NATAL:** MICHELENE (084) 221.5140  
**RECIFE:** MARIA PURCINA (081) 222.1066  
**RIO DE JANEIRO:** PAULO MORANI (021) 262.5863 ou 234.2003  
**SALVADOR:** LUCINEI SOUZA (071) 398.0527  
**SÃO LUÍS:** JOSÉ ARTEIRO (098) 243.1341  
**TERESINA:** ROGÉRIO RIBEIRO (086) 220.2156  
**VITÓRIA:** VANDA LÚCIA VIANA (027)228.4881

BOLETIM NACIONAL

É EDITADO SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO PT

BRASIL  
AGORA

Assine já

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. ENVIE CHEQUE NOMINAL E CRUZADO À EDITORA BRASIL AGORA LTDA. R. VICENTE PRADO, 134 - BELA VISTA - CEP: 01321-020 SÃO PAULO/SP - FONE: (011) 605.5088. OU DEPOSITE EM NOSSA CONTA BANCÁRIA: BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA 0383-2 CONTA 4408-3. MANDAR COMPROVANTE

- ASSINATURA SEMESTRAL (12 EDIÇÕES): R\$ 30,00  
 ASSINATURA ANUAL (24 EDIÇÕES): R\$ 60,00

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Cep: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Cartão de Crédito:  Visa  Credicard  American Express

Número: \_\_\_\_\_

ESTE CUPOM É DE USO EXCLUSIVO DO ASSINANTE. SUA FINALIDADE É A EFETUAÇÃO DA RENOVACÃO DA ASSINATURA, ESTANDO PROIBIDA SUA RENOVACÃO

BRASIL  
AGORA

Admite vendedores  
em S.Paulo e Minas

POSSIBILIDADE  
DE GANHO: **R\$ 500**

- Período de trabalho: 5 horas -

São Paulo: procurar Eliana Moraes  
(Tel: 011-604.9432)

Minas Gerais: procurar Antonio Borges  
(Tel: 031-226.3805 ou 222.3811)

## EDITORIAL

# REFERENDO PARA JULGAR O NEOLIBERALISMO

**R**eferendo para julgar o neoliberalismo. Ventos democráticos populares ameaçam transformar em tempestade a tranqüila travessia das reformas neoliberais no Congresso Nacional. Isso é o que nos mostram os ares de agosto, quando começa a tomar corpo no cenário político brasileiro a idéia de uma campanha pela convocação de um referendo popular para julgar as reformas neoliberais da Constituição em tramitação na Câmara e no Senado.

Cresce a articulação política em torno da Campanha pelo referendo. Uma demonstração disso é que, enquanto fechávamos esta edição do *Brasil Agora*, estava em plena execução no país o Dia Nacional de Mobilização convocado pela UNE. Nele, o referendo era a principal bandeira política e contava com o apoio de várias entidades da sociedade civil, como FUP, ABI, OAB, AEPT e Fitel.

Dias antes, em 27 de julho, na conversa com o presidente da UNE em Brasília, Luiz Inácio Lula da Silva dizia que o referendo era uma proposta capaz de contribuir para avançar a luta da oposição e colocar o governo em xeque. No dia 31 de julho, a Executiva Nacional do PT aprovava a Campanha pelo Referendo. Da mesma forma, Leonel Brizola há muito já havia deliberado a sua adesão a esse movimento. E há indícios de que mesmo políticos da área de sustentação do governo, como os senadores Pedro

Simon e Josaphat Marinho admitem a idéia do referendo.

Colocada como bandeira de luta contra a política neoliberal do governo FHC o referendo popular pode transformar-se em um poderoso movimento político de massas, como foram a campanha das diretas e pelo *impeachment* de Collor. Aliás, essa é uma tarefa política da mais elevada importância, que está posta, não apenas para cada militante de esquerda, comprometido com a luta pelo socialismo, mas para todo cidadão brasileiro minimamente comprometido com a justiça social no Brasil. Vamos abrir para o povo brasileiro a oportunidade de conhecer e debater as emendas constitucionais votadas e aprovadas a toque de caixa na Câmara Federal e comemoradas escandalosamente por destacadas figuras políticas da direita, que ocuparam as primeiras páginas dos jornais no dia em que foi "quebrado" o monopólio do petróleo.

Vamos ter a oportunidade não apenas de debater, como de questionar e até desautorizar através do referendo as decisões tomadas pelos parlamentares (os famosos 300 *picaretas* citados por Lula e cantados pelos *Paralamas do Sucesso*) não apenas em relação à quebra do monopólio do petróleo, como das telecomunicações, na equiparação da empresa nacional a estrangeira, nas mudanças na navegação de cabotagem e da lei das concessões de serviços a particulares na área

da energia e de transporte ferroviário, e finalmente, na sua tentativa de golpear os direitos sociais dos trabalhadores e em especial dos aposentados.

A mobilização em torno do referendo popular é, portanto, a primeira grande iniciativa política contra o neoliberalismo, capaz de articular a mobilização popular com a ação institucional. É, acima de tudo, a primeira resposta política global que a oposição democrático-popular apresenta no combate ao projeto político de FHC. Uma ação cujo desdobramento pode alterar a correlação de forças na sociedade, hoje favorável ao governo e ao seu projeto político. O debate que precisamos colocar de maneira clara na sociedade ao lado da proposta de referendo popular, é como o neoliberalismo, com as suas propostas de emendas à Constituição vem desmontando a função social do Estado brasileiro.

A política de crescente exclusão social, aliada ao clientelismo da amancebamento ideológica de FHC com o PFL, é um terreno fértil para fazer frutificar um forte movimento de oposição, cuja meta política mais imediata é barrar as reformas neoliberais da Constituição.

A campanha pela convocação do referendo popular tem tudo para dar certo, só depende da gente. Vamos lá, companheirada.

**BRUNO MARANHÃO**  
DIRETOR DO BRASIL AGORA

Jacob Gorender\*

## ESTADO E GLOBALIZAÇÃO

**E**m artigo na Folha de 18 de julho, sob o título "Estado globalizado e esfera pública civil", Tarso Genro adverte a esquerda a respeito de sua situação desajustada diante da aprovação pelo Congresso da extinção dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. Recomenda a participação dos partidos de esquerda, inclusive o PT, no processo de regulamentação das emendas constitucionais, mas a sua argumentação vai muito além da questão da regulamentação.

Segundo o articulista, a esquerda continuaria apegada a uma concepção atrasada de tipo estatista, incompatível com a globalização e com a terceira revolução tecnológica, que subordinariam o Estado cada vez mais à lógica dos monopólios privados transnacionais. Devemos abrir mão dos monopólios estatais e dos vícios da tutela estatal, procurando, ao revés, fortalecer a esfera pública não-estatal própria da sociedade civil. O controle do petróleo e das telecomunicações, perdido pelo Estado, seria recuperado pela sociedade civil.

Tarso Genro comete confusão teórica com perigosas conseqüências políticas.

Uma questão é a da necessidade de fortalecimento da sociedade civil diante do Estado, o que implica a ampliação e o fortalecimento da esfera pública em que os cidadãos exercem diretamente funções sociais, fora do âmbito estatal. Do ponto de vista da esquerda, trata-se de aumentar a influência dos partidos vinculados às classes subalternas, bem como a influência dos sindicatos e dos movimentos sociais expressivos dos explorados e dos excluídos. Trata-se de constituir o bloco histórico capaz de enfrentar, hoje, o grande capital globalizado e assentar os fundamentos da futura sociedade libertária e igualitária que utilizará os avanços tecnológicos em favor dos trabalhadores. Esta é uma perspectiva ausente no escrito de Tarso Genro.

Outra questão, muito diferente, é a do papel que cabe ao Estado, num país como o Brasil, nas suas relações com os demais Estados e com as empresas transnacionais. O processo de globalização produz efeitos profundamente desiguais no âmbito internacional e no âmbito interno dos Estados, dada a tendência a aumentar o fosso entre ricos e pobres, no que se refere a países e classes sociais.

Aceitar que o Estado brasileiro seja privado de instrumentos de defesa dos interesses nacionais, conquistados em campanhas populares, significaria, por parte da esquerda, uma capitulação diante da retórica neoliberal dos representantes das multinacionais. Sem julgar a globalização como fatalidade, precisamos barrar seus efeitos a favor dos privilégios privados, inclusive preservando os monopólios e as empresas estatais estratégicas. Não vamos entregar o ouro aos handidos.

\*HISTORIADOR E JORNALISTA

## Um último olhar

**O proletariado do Brasil e do mundo acabou de perder um dos mais célebres pensadores marxistas brasileiros, Florestan Fernandes. Ainda pequeno, proletário, ajudava no orçamento familiar trabalhando de engraxate e frequentava a escola pública.**

**Dedicou toda a sua vida em defesa do ensino público, estatal, laico e gratuito. Florestan se colocou a serviço da luta revolucionária mesmo quando sua saúde ficou abalada e os fatos pareciam contrariar todas as esperanças. Somente a morte fez Florestan parar de pensar. Suas**



ARI VICENTINI/AE

**ra compreender o Brasil, nossa cultura e identidade. Dedicou-se à sociologia da educação no Brasil, realizando e orientando inúmeras pesquisas neste ramo da Sociologia. Deixou-nos um olhar tão amplo, para além do seu próprio tempo de vida.**

**convicções marxistas eram tão profundas que jamais se deixou seduzir pelo reformismo e pela onda neoliberal. Por isso, deixa amigos e inimigos de classe, mas, como Marx, nenhum inimigo pessoal. Autor de uma vasta obra sociológica, debruçou-se pa-**

# TRATORES SOBRE BRASÍLIA

*Apesar de sua direção heterogênea, "caminhonaço" expôs o desmonte da agricultura provocado pelo Real, e desgastou a "bancada ruralista"*

No dia 17 de julho, o agricultor Paulo Castanheira, que participava da caravana de agricultores gaúchos que se dirigia a Brasília para participar do "caminhonaço" promovido pelo movimento *Não posso plantar*, estacionou seu caminhão num acostamento da Via Anhanguera e ouviu junto com outros companheiros, numa TV portátil, o discurso em que o presidente FHC chamou de "caloteiros" os líderes do protesto. Castanheira não conteve as lágrimas. Dirigente de um sindicato rural de patrões, ele apontava para a imagem do chefe de governo no vídeo e repetia: "Fizemos a campanha dele, trabalhamos para que se elegeisse. Por isso, estou chorando". Os caminhões que vinham do Rio Grande exibiam como símbolo uma mão direita aberta, com o polegar cortado e sangrando.

**Para manter o poder e aprovar "reformas", governo segura preços da cesta básica...**

A ausência, no "caminhonaço", das lideranças populares da agricultura; a nota contrária à marcha que a Contag emitiu; a contradição eloqüente entre protestar contra a política agrícola e se dizer eleitor de Fernando Henrique — tudo isso deixou a esquerda hesitante em relação ao *Não posso plantar*. Foi uma pena. Em que pesem suas eventuais limitações e seu discurso confuso, o movimento transformou-se na primeira manifestação massiva a colocar em xeque, após a greve dos petroleiros, a "política de estabilização" neoliberal..

Os agricultores ergueram-se contra a chamada "âncora agrícola". Gerson Teixeira, assessor da presidência da Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados, explica: 1. Um dos principais instrumentos empregados pelo governo para conservar apoio popular, e aprovar no Congresso as emendas constitucionais, é o arrocho das tarifas públicas e dos preços agrícolas. É graças a esta ação que o Palácio do Planalto alardeia até hoje, por exemplo, que o preço da cesta básica permanece no mesmo pa-



**Caminhões e máquinas ocupam Esplanada dos Ministérios. Na foto menor, "Tonico", um líder não-conservador.**

tamar de um ano atrás 2. Como o próprio plano econômico exige corte drástico dos investimentos públicos, o esforço está sendo executado às custas dos próprios agricultores, e de sua capacidade de continuar produzindo em níveis satisfatórios no futuro.

Os produtores rurais enfrentam os efeitos combinados de três medidas do Real. Para conter a inflação artificialmente, o governo manteve os preços mínimos de garantia da safra inalterados desde o início do plano, período em que o IPC-r acusou variação de mais de 30%.

**...mas eleva juros, corta os subsídios agrícolas e despeja a conta sobre os produtores rurais...**

Mas não foi só. Como a equipe econômica mantém o dólar subvalorizado, e vem reduzindo velozmente as alíquotas de importação, o país foi inundado por um mar de produtos importados (milho, trigo, arroz e até feijão, principalmente), o que deprimiu também os preços de mercado. Segundo cálculos do professor Fernando Homem de Mello, da USP, as cotações dos onze principais produtos agrícolas caíram continuamente durante 29 semanas seguidas no primeiro semes-

tre. O milho, diz o mesmo estudo, não pagava sequer o custo de produção.

**O Brasil importa até milho e feijão, colocando em risco toda a produção nacional**

A gota d'água foi a política de crédito. Indispensável à execução do programa dos neoliberais, a "contenção de gastos públicos" reduziu drasticamente os recursos para o financiamento agrícola, e tornou caríssimo o dinheiro disponível. O número de contratos firmados este ano é de apenas 800 mil, contra 3 milhões em 1982. Os empréstimos são corrigidos pela TR — cerca de 15% anuais acima da inflação. A *Gazeta Mercantil*, um jornal insuspeito de oposição ao governo revelou, numa série de reportagens publicadas esta semana, os resultados: inadimplência e risco de diminuição da área plantada no campo; crise generalizada do comércio e desemprego, nas cidades do interior.

O acordo feito pela bancada ruralista para "salvar" o setor não o protege, segundo Gerson Teixeira. As dívidas antigas continuam atreladas à TR. Pior: a taxa de juros subsidiada, prometida para a safra 95-96, só vale-

rá para 15% dos financiamentos. O restante continuará seguindo as taxas extorsivas "de mercado". Gerson desconfia de que os ruralistas "venderam", através da imprensa, a mentira de que garantiam os interesses de suas bases — mas negociaram na verdade vantagens pessoais como cargos e estações de rádio.

Sepultados durante meses sob o discurso do "sucesso" do Real, o drama e a voz dos agricultores ressurgiram no "caminhonaço". Iniciado pelos sindicatos patronais, o movimento fugiu ao controle dos que o organizaram. Quando as caravanas chegaram a Brasília, tornou-se claro o empenho de parte de seus líderes em buscar uma aproximação com os setores populares vitimados pelo plano.

**Protesto contesta acordo de ruralistas com o Executivo, que garantiu emendas neoliberais**

O *Não posso plantar* surgiu no início de junho, quando 98 sindicatos e entidades ligadas ao meio rural reuniram-se em Uberlândia e lançaram a "Carta da Agricultura", onde condenavam a política do governo para o setor. Naquele instante, prevaleciam as orientações elitistas dos grandes plantadores, representa-

dos pela Sociedade Rural Brasileira, pela Confederação Nacional da Agricultura e pelo Sindicato Rural (de patrões) de Uberlândia.

Durante os dias de estrada, no entanto, emergiu a liderança de agricultores médios, com sensibilidade política peculiar. É o caso de Antonio Eloi Paz, o "Tonico". Presidente do Sindicato dos Arrozeiros, dono de uma propriedade de 30 hectares, ele havia sido obrigado, meses antes, a vender suas poucas cabeças de gado para pagar a dívida bancária contraída na compra de um trator. Foi um dos líderes da caravana gaúcha. Ouvido pelo "Estado de S.Paulo" quando o comboio cruzava a divisa entre São Paulo e Minas, fez questão de declarar: "Assim como na Coluna Prestes, estamos conhe-

**Sindicatos patronais iniciam o movimento. Mas perdem o controle durante o "caminhonaço"**

As divergências acentuaram-se em Brasília, em 19 de julho. Luiz Humberto Carneiro, presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, organizou por conta própria uma "delegação" de supostos "líderes" e foi recebido em audiência pelo ministro Andrade Vieira, da Agricultura, e o presidente em exercício, Marco Maciel. As lideranças não-conservadoras adotaram caminho oposto. Redigiram, após o pronunciamento de FHC na TV, um manifesto em que criticavam, entre outros pontos, os ataques do governo à greve dos petroleiros. "Tonico", que não foi à audiência com Maciel, liderou as concentrações de agricultores na Esplanada dos Ministérios. Numa delas, o líder da bancada ruralista no Congresso, Nelson Marquezelli, e o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antonio de Salvo, que queriam discursar, foram recebidos por um gigantesco coro de vaias. Ficava claro que as dimensões da crise agrícola, e as perspectivas de que se agrave, sob o neoliberalismo, podem abrir, para a esquerda, a possibilidade de estabelecer um arco de alianças muito mais amplo com a Agricultura.

# SEM-TERRA, COM MUITO GÁS

*O MST faz seu Congresso mais representativo, e promete levar a luta pela reforma agrária para as grandes cidades*

Foi talvez a maior manifestação já realizada diante da embaixada dos EUA em Brasília e, certamente, a mais carregada de simbolismo. Em 26 de julho, depois de caminharem seis quilômetros e percorrer toda a Esplanada dos Ministérios desfraldando as bandeiras vermelhas de seu movimento, cinco mil agricultores sem-terra vindos dos rincões de 22 Estados brasileiros tocaram fogo num boneco do Tio Sam. Como se fosse pouco, aproximaram-se em seguida dos portões da propriedade e introduziram, por entre as barras de ferro, um porco — protesto contra a pretensão dos EUA de estabelecer o patenteamento dos próprios seres vivos. Encheram as mãos de grãos de milho e atiraram aos norte-americanos. Uma comissão conseguiu ser recebida pelo embaixador. Rechaçou as pressões de Washington para que o Brasil adote uma “lei de patentes”; repudiou o bloqueio comercial imposto a Cuba; e entregou as cinco mil cartas assinadas na véspera pelos sem-terra em defesa da vida do sindicalista negro Mark Curtis, que o Estado norte-americano condenou à morte sob falsa acusação de assassina-

to. “A manifestação diante da embaixada foi um sinal da maturidade e da politização do movimento. Depois do nosso congresso, queremos levar a luta pela reforma agrária para as grandes cidades”. Magro, 28 anos, nove deles na batalha pela terra e dois na direção nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), o paranaense Gilmar Mauro esvazia a cuia de chimarrão, faz uma pausa e explica. Reunido em Brasília entre 23 e 27 de julho, o 3º Congresso Nacional do MST firmou um novo entendimento entre a liderança dos sem-terra. Eles avaliam que as ocupações de propriedades improdutivas já não assustam a sociedade como há quinze anos, quando o movimento despontou. Querem apresentar a reforma agrária como saída para a marginalização dramática de milhões de brasileiros. Estão dispostos a discuti-la não apenas entre pequenos grupos que se formam quase clandestinamen-

te nas regiões rurais — mas em assembleias massivas, na periferia dos centros urbanos.

Ao contrário do que costuma ocorrer em eventos semelhantes patrocinados pelos movimentos populares, o congresso não foi, informa Gilmar, um palco para disputa, entre facções políticas distintas, de “teses-guias” ou postos na direção do MST — mas “um grande momento de formação e confraternização.”

Dois painéis dominaram os trabalhos. No primeiro, Luiz Carlos Guedes, presidente da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA), Vicente Paulo da Silva, o “Vicentinho”, presidente da CUT, e Luiz Edwiges, participante das Ligas Camponesas no início dos anos 60 fizeram um balanço dos últimos 35 anos de luta contra o latifúndio. No outro, o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Orlando Dotte, o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga e o ex-senador José Paulo Bisol discutiram a importância da reforma agrária para as cidades.

**A idéia:**  
**organizar ocupações em**  
**assembleias populares,**  
**nas periferias das cidades**

O congresso também aprovou a “Carta de Brasília aos Trabalhadores do Campo” e a “Carta aos Trabalhadores da Cidade”. Nesse último, o MST lembra que “a maioria de vocês tem raízes no campo”: deixaram o interior “expulsos da terra”, “em busca de emprego e alguma esperança de vida”. Ressalta que “somente



**Tio Sam arde diante da representação em Brasília, na foto menor, Gilmar Marco fala durante o 3º Congresso do MST**

os bancos e empresas multinacionais detêm mais de 30 milhões de hectares — uma área do tamanho do estado de São Paulo, e que daria para assentar 2 milhões de famílias”. Promete: “por isso, continuaremos ocupando latifúndios, secretarias de agricultura, Incra”. Mas lança um apelo: “nossa força não é suficiente. Queremos que vocês participem de nossa luta.

Nestas frases pode estar a síntese de uma nova tática do MST na luta contra o latifúndio. Gilmar Mauro diz que os primeiros sinais de uma ação mais ofensiva surgiram em 94, nas ocupações realizadas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

Ao contrário do que vinha ocorrendo até então, as ações pela terra foram decididas em grandes assembleias, nas quais chegaram a participar até 800 pessoas.

**Desafio para toda a**  
**esquerda: deixar de fazer**  
**o mais fácil, e dialogar**  
**com os excluídos**

Fortalecido pelo congresso em Brasília, o MST quer ousar ainda mais. Pretende promover assembleias pela reforma agrária nas periferias das maiores cidades paulistas, entre elas Sorocaba e Campinas. Gilmar está de malas prontas para se deslocar para estas cidades. Encarregado

de iniciar, nas próximas semanas, o trabalho de preparação para as assembleias, ele confia no sucesso da iniciativa. Seus olhos brilham quando antevê a possibilidade dos sem-terra promoverem, num futuro não distante, as primeiras ocupações à luz do dia, precedidas por grandes passeatas de trabalhadores nas estradas de S.Paulo.

O MST não pretende, no entanto, dar este passo inovador sozinho. Seus líderes estão dispostos a propor às forças da esquerda e aos movimentos sindical e popular um esforço conjunto para compreender os “excluídos” e debater com eles como reagir ao empobrecimento acelerado que a ofensiva neoliberal produz. Gilmar acha que para fazê-lo a esquerda precisará romper com antigos vícios, como a tendência a dialogar apenas com os trabalhadores organizados.

Ainda assim, ele crê no êxito da iniciativa e recorre outra vez à cena mais marcante do protesto diante da embaixada dos EUA. “Quando a *companheirada* atirou milho aos gringos, senti que, embora ricos e poderosos, os Estados Unidos não são invencíveis. O neoliberalismo também não — se tivermos coragem de enxergar o que está errado em nossa prática, e ânimo para mudá-la”.

## As promessas do senhor presidente

**Assustado com a crise da agricultura, FHC acena aos sem-terra**

Às vésperas de terminar o congresso dos sem-terra, os líderes do movimento foram procurados pelo secretário particular do presidente FHC, Chico Graziano. Desgastado pelo “caminhão” promovido dias antes por grandes e médios agricultores (veja pág. anterior), Fernando Henrique procurava mostrar-se aberto ao diálogo com os sem-terra. Propôs recebê-los em audiência no

Palácio do Planalto.

A reunião ocorreu dia 27. Das 42 reivindicações do movimento, FHC se disse disposto a atender parcialmente duas: assentaria 40 mil famílias até o final do ano, dando prioridade para as 17 mil hoje acampadas; e liberaria “algo próximo” dos R\$ 180 milhões reivindicados em empréstimos para projetos nas áreas de assentamentos.

Diante das promessas, Gil-

mar Marcos prefere agir como São Tomé. Ele lembra que são, por enquanto, promessas — e a tradição dos governantes conservadores não é honrá-las. Sarney prometeu assentar 1 milhão de famílias, e ficou em apenas 80 mil. Collor prometeu 500 mil assentamentos, e não fez praticamente nenhum. Itamar fez apenas 20 mil. Em sete meses do governo, FHC não passou de 5 mil.



## UMA SOLUÇÃO ÉTICA PARA O CONGRESSO

Por não poder assumir abertamente seu caráter conservador, o governo "liberalizante" de Fernando Henrique terá que aceitar um sonoro "não" da população que o elegeu, caso não concorde com medidas como a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações. Um possível referendo sobre as emendas à Constituição aprovadas pelo Congresso Nacional mostrará, ao mesmo tempo, a insatisfação das massas diante das propostas do governo e a disposição dos eleitores em fiscalizar os atos parlamentares. Fernando Henrique Cardoso trabalhará bastante para que uma proposta como essa não passe por uma votação no Congresso Nacional. A tacada é perigosa, visto que a recusa, caso os deputados não concordem com a opinião das bases sobre suas decisões, pode acabar com algumas ditaduras parlamentares nas próximas eleições.

**FHC terá que aceitar um sonoro "não" da população que o elegeu**

Questões importantes, como a quebra do monopólio do petróleo, podem encontrar resistência popular se as entidades organizadas tiverem o mesmo espaço na mídia para defender posições contrárias. Na verdade, o que mais incomoda o governo é saber que a inexistência da coerência de seus atos com a plataforma pseudo-democrática que o elegeu está sendo percebida. Ao ser notada, a contradição pode tomar rumos desagradáveis como, por exemplo, o afastamento do presidente. Um pequeno deslize pode levar o ajuste neoliberal no Brasil para os livros de

história, junto com mais um presidente submetido ao processo de impeachment. Basta lembrar que por muito menos do que está acontecendo em Brasília, Fernando Collor de Melo foi impedido.

**A tacada é perigosa: pode acabar com as ditaduras parlamentares**

A primeira entidade que assumiu a idéia do referendo como bandeira de luta foi a UNE, em seu congresso realizado no mês de junho deste ano. Depois disso, várias outras entidades entraram na campanha pela participação popular nas reformas, questionando o caráter das medidas encaminhadas pela equipe de FHC. A questão está sendo discutida dentro do Congresso Nacional e já conta com, pelo menos, quatro propostas de parlamentares. Entre elas, está a de decreto legislativo, feita por José Aristodemo Pinotti (PMDB/SP), que subordina as reformas à Constituição ao referendo. Deputados como Hélio Bicudo (PT/SP), Aldo Rebelo (PCdoB/SP) e Lindberg Faria (PCdoB/RJ) também apresentaram propostas que apontam o referendo como a única saída ética para o desmantelamento que está sendo feito no que é conhecido como Carta Magna. Outros políticos estão assumindo a idéia. Leonel Brizola (apontado pela UNE como o autor da idéia), por exemplo, fará uma reunião com os estudantes no dia 14 de agosto para montar uma agenda de trabalho e participará dos atos promovidos pela entidade estudantil no dia 11 de agosto — dia do estudante. O engajamento de figuras nacionalmente conhecidas é um peso considerável na batalha que se travará entre a sociedade organi-

zada e a elite que governa este país.

O questionamento vai além da simples apresentação de emendas. O que está sendo feito em Brasília não é uma revisão constitucional e sim uma total desfiguração do que foi aprovado em 1988, com objetivo de favorecer empresas que financiaram campanhas eleitorais e implantar uma política econômica e social ditada pelo FMI e Banco Mundial. Até que se prove o contrário, "revisar" não quer dizer a mesma coisa que "modificar". O juramento feito por FHC no momento da posse, "de manter, defender e cumprir a Constituição", foi alterado, assaltado e descumprido por ele próprio (com o aval da maioria parlamentar) no momento da apresentação do pacote de emendas governamentais. Estão em jogo interesses que não são os da maioria e isso é anti-constitucional. Isso prova que movimentos como o da Ética na Política só foi entendido por pessoas que já existiam como sujeitos morais, dotados de virtudes éticas que independem do cargo e função que assumam perante a sociedade.

**Estão em jogo interesses que não são da maioria. Isso é inconstitucional**

A origem das emendas apresentadas pela equipe do governo é tão indecorosa quanto a forma com que são apresentadas, chegando inclusive a caracterizar suas atitudes como desvio de poder. Vale lembrar o último episódio da bancada ruralista, cujo único objetivo ao votar junto o governo era assegurar benefícios pessoais. Fica evidenciado que, nesse caso, nem os meios nem os

fins das propostas governamentais de reforma garantem à população o bem estar que essa tem direito, visto que seus patrimônios estão sendo rifados sem que os principais envolvidos sejam, ao menos, consultados. Em nome de uma tal "flexibilização", coisas como reservas de petróleo, usinas elétricas e telefonia são transformadas em moeda barata para efeito de venda. Leia-se: privatização. Ao tentar adaptar as leis às jogadas políticas com vistas à privatização, Fernando Henrique adultera a lógica da relação que deveria ter com a Constituição que jurou defender.

**O que está sendo feito em Brasília é uma desfiguração da constituição de 88**

As forças políticas de esquerda que já se articularam em defesa do referendo podem reunir-se ainda no mês de agosto e apresentar um só projeto. A origem e intenção de uma proposta como essa são totalmente diferentes dos princípios e da forma como o governo vem apresentando suas "emendas" à Constituição. O referendo está avalizado pelas entidades da sociedade organizada e a sua recusa pode representar uma traição.

O PT, na reunião da Comissão Executiva Nacional de 31 de julho, adotou posição favorável ao referendo. O partido, desde já, apoia a iniciativa e se compromete com a campanha encabeçada por entidades como a UNE, ABI, FITEL e AEPET, que busca pressionar o Congresso através de abaixo-assinados e pesquisas.

WILLIAMAGUIAR

## PT EXIGE APURAÇÃO PARA O MASSACRE DE RONDÔNIA

O Partido dos Trabalhadores associa-se a todos os que deploram profundamente o massacre de Rondônia e manifesta a sua solidariedade com as vítimas e seus familiares.

Até o momento da elaboração desta nota, 20 horas de 9 de agosto, o Partido não tem ainda todos os dados para uma avaliação completa dos fatos. Mas com base nas informações disponíveis, o PT expressa seu mais ve-

emente repúdio aos atos de violência repressão praticados por elementos da Polícia Militar contra os trabalhadores rurais na Fazenda Santa Elina, no Município Corumbiara, ao sul de Porto Velho.

O Partido exige imediata, ampla e rigorosa investigação para apurar as responsabilidades e punir exemplarmente os culpados. Por intermédio de seus dirigentes e parlamentares, o PT já entrou em contato com as autoridades de

Rondônia e expressou essas exigências. O Partido integra a comissão designada pela Câmara dos Deputados para acompanhar as investigações no próprio local; também formou uma comissão especial - constituída, inclusive, pelos deputados estaduais de Rondônia e membros petistas do Governo estadual — pra as providências necessárias.

O Partido dos Trabalhadores não ignora nem minimiza sua partici-

pação no Governo do Estado de Rondônia. É também por isso que exige uma profunda e rigorosa investigação de todas as responsabilidades. A partir deste momento, a carnificina da Fazenda Santa Helena é a questão prioritária nas relações do PT com o Governo.

São Paulo, 9 de agosto de 1995.

Comissão Executiva Nacional  
Partido dos Trabalhadores

# UM MONOPÓLIO NA MÃO DOS LIBERAIS

**Reis da bandalheira nas telecomunicações, Sarney e ACM querem controlar agora as concessões de TV a cabo**

Os setores sociais organizados batalharam duro durante quatro anos para conquistar uma lei que estabelecesse regras claras para o serviço de TV a cabo. O que conseguiram, porém, está em risco. A regulamentação da lei 8977, de janeiro de 95, garante algum avanço em direção à democratização da comunicação no país. Mas está comprometida pela obstrução do senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional. Há meses, Sarney protela a eleição de um Conselho de Comunicação Social — o órgão que poderia minimizar os estragos que ele próprio, seu ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, e mais tarde Fernando Collor fizeram, ao entregar a maior parte dos canais de TV a cabo a grandes empresários e políticos afilhados.

**A Constituição prevê o Conselho. O presidente do Congresso inviabiliza**

A história começa em 1988. O então presidente José Sarney aproveitou-se da ausência de normas para o setor e baixou a portaria 250, que permitiu a distribuição indiscriminada de 1028

concessões de rádio e TV — muitas das quais serviram como propina para congressistas que votaram em favor de cinco anos para o seu governo. Collor encontrou o terreno pronto e prosseguiu na mesma linha: distribuiu 101 concessões de TV a cabo. Roberto Marinho — seu fiel escudeiro — é hoje sócio direto ou indireto de 42 operadoras.

**No papel, lei da TV a cabo garante o direito de expressão**

No mesmo ano em que Sarney distribuía concessões, a Assembleia Nacional Constituinte aprovava a criação de um Conselho de Comunicação, como órgão auxiliar do Congresso e de caráter consultivo. A aprovação não satisfazia a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que havia proposto uma emenda popular pleiteando a criação de um conselho independente, com poderes para supervisionar e fiscalizar as políticas de comunicação. Mas constituía, ao menos, um órgão capaz de opinar sobre as mudanças no setor, com autoridade para ser ouvido.

Nem isso foi possível garantir. Em abril deste ano, o ministério das Comunicações enviou

ao Congresso uma proposta de regulamentação para as TVs a Cabo — que deveria receber parecer do Conselho. Ao invés de instalá-lo imediatamente, Sarney enviou a matéria para comissões técnicas do Congresso Nacional, onde as forças democráticas da “sociedade civil” não estão representadas.

Os relatores devolveram a matéria recomendando que o Conselho fosse imediatamente eleito. Sarney insistiu no entrave, atendendo às recomendações de seu antigo ministro. ACM deixou transparecer que é terminantemente contrário à instalação do Conselho, que caracteriza como “armação da esquerda”.

**Forum democrático quer bloquear no Supremo o crescimento das redes**

Talvez ACM esteja se referindo ao trabalho árduo de diversas entidades do setor (sindicatos, federações e associações de jornalistas radialistas, artistas e estudantes), que em 1991 criaram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e através dele vêm — a partir de uma visão estratégica — elaborando um projeto de comunicação para o país. O Fórum — hoje reunindo 36 entidades na-



POTASSIO NENE

**Parabólicas proliferam nos subúrbios de S.Paulo: o Fórum democrático quer garantir para as entidades populares espaços na TV a cabo — que os monopólios ainda não controlam**

cionais e 45 comitês regionais — nasceu atuando em várias frentes de lutas: lei de TV a Cabo, criação do Conselho de Comunicação e regulamentação da radiodifusão livre e comunitária entre outras.

Para enfrentar a situação criada por Sarney ao não instalar o Conselho de Comunicações, o Fórum preparou duas ações judi-

ciais: Uma solicita ao STF a nulidade de qualquer ato que o ministério venha a baixar sobre TV a cabo sem o parecer do Conselho. A outra pede o embargo do prosseguimento da implantação das redes de TV a cabo que estão sendo formadas há anos, em função do vácuo jurídico que foi criado com a inexistência do Conselho.

**MARISA LOURENÇO**

## UMA NORMA AVANÇADA

*O problema é que a lei 8799 ainda não saiu do papel*

A Lei da TV a cabo está sendo considerada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação como uma das mais avançadas do mundo. Ela contemplou diversas propostas da comissão que o Fórum designou para esse fim. Determina, por exemplo, que todo assinante do serviço de TV a cabo terá acesso, gratuitamente, a seis canais de

utilidade pública distribuídos da seguinte forma: três canais legislativos, um canal educativo, um canal universitário e um canal comunitário (para uso livre e gratuito de qualquer entidade sem fins lucrativos).

Além disso ela possibilita um desbloqueio na concorrência comercial, ao estabelecer que 30% dos (70) canais tecnicamente disponíveis e de uso permanen-

te deverão ser utilizados por terceiros — ou seja, sem qualquer vínculo com as operadoras do serviço de TV a cabo. Isso significa, por exemplo, que uma pequena empresa, ou mesmo um partido político, podem veicular programas no horário e periodicidade que desejarem. Acessos deste tipo, segundo a lei, não podem ser negados pelas operadoras.

Haverá, ainda, dois canais reservados para uso exclusivo, em caráter eventual, que formarão o que está sendo apelidado de “auditórios eletrônicos”. Assim, um sindicato pode transmitir uma assembleia, um partido pode veicular sua convenção, uma associação médica pode transmitir um congresso, em escala estadual ou nacional — qualquer entidade pode ter aces-

so a canais para manifestações de qualquer natureza.

Ao não instalar o Conselho, Sarney impede que a norma democrática seja cumprida. Agora, o aproveitamento das melhores possibilidades da TV a cabo não para por aí. Depende de um grande esforço social de acompanhamento da implantação desse serviço. (ML)

# A CONEXÃO DALLARI-FHC

*O secretário de Acompanhamento Econômico continua no posto porque sabe demais. O Congresso tem obrigação de investigar o cipal de denúncias sobre tráfico de influências no ministério da Fazenda*

1. O caso Dallari é a ponta que emergiu, de um iceberg de relações suspeitas entre membros graduados do governo FHC e grupos econômicos envolvidos em práticas ilícitas. 2. O Palácio do Planalto e as bancadas governistas no Congresso — muito especialmente as do PSDB e do PFL — estão agindo para acobertar os fatos. 3. A exemplo do que ocorreu quando surgiram as primeiras denúncias sobre Collor, os grandes jornais ajudam o governo a varrer a sujeira para debaixo do tapete. Da sucessão de movimentos estranhos e contraditórios executados pelo Presidente e por seus assessores mais próximos na semana passada, até decidirem pela permanência do secretário de Acompanhamento Econômico, é possível extrair, desde já, estas três grandes certezas.

Os fatos também autorizam a suspeitar que: 1. José Adilson Dallari não caiu porque sabe demais, e porque não se conformou com o papel de bode expiatório que tentaram lhe impingir. 2. Tanto ele quanto dois assessores diretos do Secretário da Receita Federal envolvidos em denúncias semelhantes têm a “cobertura” dos principais partidos do governo. 3. Fernando Henrique Cardoso está informado das práticas dos três.

**A carta anônima denuncia: dois altos funcionários da Receita trabalharam para as empreiteiras do “esquema PC”**

As ligações da empresa de consultoria de Dallari, a “Decisão”, com grandes grupos econômicos que podem ter tirado proveito de sua atuação no governo ganharam repercussão ao serem reproduzidas pela revista “Veja”, na edição que começou a circular dia 4 de agosto. As denúncias não eram inéditas; e “Veja” encontrou a pista quando investigava outro caso — eis aqui o primeiro indício de que Dallari não age solitariamente.

Há pouco mais de um mês circula no Congresso Nacional e nas redações da “grande” imprensa uma carta anônima que faz acusações pesadas contra o secre-

tário da Receita Federal, Everardo Maciel. Intitulado “esquema perigoso”, o documento afirma que postos muito relevantes na Receita foram preenchidos, graças a Maciel, pelos proprietários de uma empresa que presta consultoria fiscal a três das empreiteiras envolvidas no “esquema PC” — a Odebrecht, a OAS e a Andrade Gutierrez — e a uma quarta, a Tartucci.

Os acusados são Paulo Balthasar Carneiro, Coordenador Geral de Tributação, e Sandro Martins, assessor pessoal do secretário. Após a nomeação, a empresa de ambos — a MB Consultoria Empresarial — teria “transferido” seus clientes muito especiais para uma congênere, a Marcial e Meneguetti. As marca da suspeita, no entanto, não teria se apagado. Primeiro, porque as ligações de Balthasar e de Sandro com as empreiteiras seriam sólidas e antigas. Segundo, porque uma das sócias da Marcial e Meneguetti, a consultoria que teria “herdado” os contratos, seria a própria filha de Everardo Maciel, Marília Maciel.

As denúncias são gravíssimas. Sônia Brito, dirigente do sindicato dos auditores da Receita, a Unafisco, ressalta que, entre outras atribuições, o Coordenador Geral de Tributação é frequentemente convocado para redigir projetos de lei e de medida provisória. “Incluir ou retirar uma expressão, que para o leigo passa despercebida, pode resultar em lucros de milhões de reais para um determinado setor da economia”, diz ela.

Além disso, o ex-secretário da Receita no governo Itamar, Osiris Lopes Filho, garantiu a **Brasil Agora** que ficaram “comprovados” os vínculos de Balthasar e Sandro com pelo menos uma das



**Dallari cobra — e obtém — solidariedade: “Detalhes tão pequenos de nós dois / são coisas muito grandes pra esquecer / e a toda hora vão estar presentes / você vai ver”...**

empreiteiras citadas na carta anônima — a OAS. Antigos auditores fiscais, os proprietários da MB Consultoria Empresarial defendiam os interesses da empreiteira em processos que tramitavam na Receita. Osiris considera tão inaceitável a mistura de papéis que proibiu a presença de Sandro, auditor licenciado, nas dependências do órgão. Sobre Balthasar, já aposentado, não possuía autoridade. Afirma, no entanto, que “jamais” admitiria um ou outro nas funções para as quais foram guindados por Everardo Maciel.

**A filha do secretário “herdou” as relações com a Odebrecht, a OAS, a Andrade Gutierrez...**

Assim que tomou conhecimento das denúncias, a Unafisco procurou o atual secretário e comunicou formalmente que

se opunha à nomeação de Sandro e Balthasar. A audiência com Maciel, assim como fotocópias que atestam a posição de proprietários da MB Consultoria exercida pelos dois, está registrada na “Circular nº 027” da entidade. Dois dirigentes importantes da Unafisco garantem que cópias desse documento foram fornecidas, há um mês, a pelo menos três órgãos da “grande” imprensa: a “Folha de S.Paulo”, o “Estado de S.Paulo” e a revista “Veja”.

“Veja” foi quem mais investiu no tema. O repórter David Friedlander está debruçado sobre ele há semanas. Entrevistou todos os envolvidos. Até o momento, no entanto, a revista não dedicou uma única linha às denúncias, mesmo havendo inúmeros indícios de que elas têm fundamento.

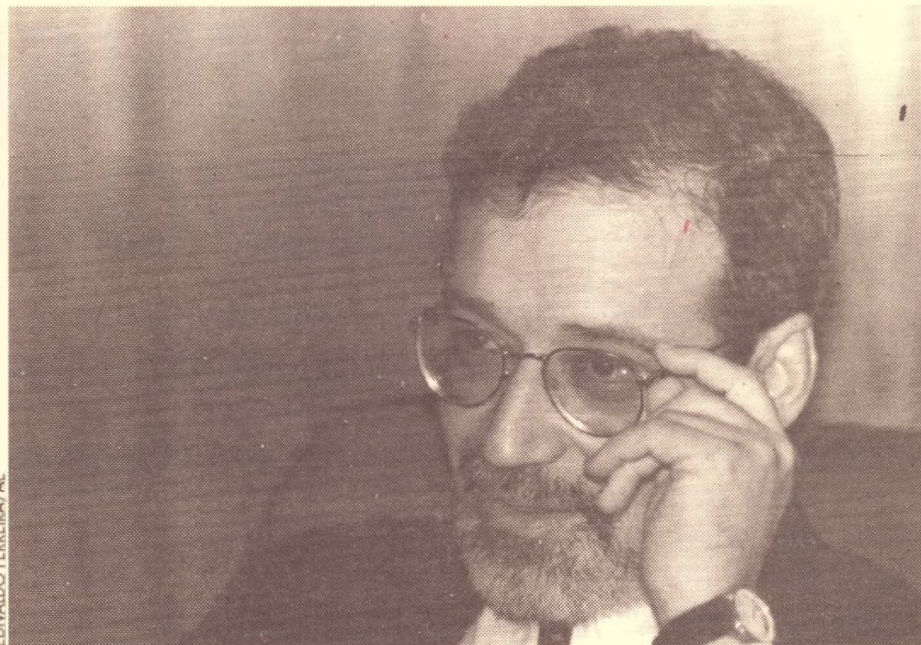
Foi certamente ao levantar informações sobre o “esquema Sandro-Balthasar”



DIDA SAMPAIO/AE



EDVALDO FERREIRA/AE



## Dallari a Everardo Maciel: "Eu preciso respirar / o mesmo ar que te rodeia"

que Friedlander tropeçou no *caso Dallari*: ele está sendo investigado há vários meses por funcionários da Receita. Não é possível afirmar com segurança, por enquanto, os motivos que levaram a revista a dar publicidade a um escândalo e deixar o outro guardado na gaveta. Mas certas pistas merecem ser seguidas.

**Primeiro:** As ligações de José Milton Dallari com grandes grupos empresariais são do conhecimento de Fernando Henrique Cardoso há pelo menos dezessete meses. Por iniciativa de Alexandre Cardoso (PSDB), todos os deputados estaduais do Rio de Janeiro assinaram em 8 de março de 94 um ofício em que pedem ao então ministro da Fazenda o "desligamento imediato" de Dallari das funções de assessor especial do ministério. Os deputados lembram a FHC que Dallari, encarregado pelo governo da "guerra contra os preços", atua simultaneamente como consultor da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação e da Associação Brasileira de Supermercados — dois dos setores que praticaram remarcações selvagens nos meses que antecederam a introdução do Real.

**O sindicato denuncia a estranha ligação. Everardo, o sobrinho do vice-presidente escuta... e não faz nada**

**Segundo:** Em fevereiro, a Receita Federal começou a investigar o caso, depois de ter colhido, junto a empresas para as quais Dallari prestava consultoria, indícios concretos dos pagamentos feitos a empresa do secretário. Nesse momento, diz a edição de 9/8 da "Gazeta Mercantil", Dallari procurou o secretário da Receita, Everardo Maciel. O assunto foi debatido num encontro em que participou, além dos dois, o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan. O Palácio do Planalto, portanto, também já tinha ciência das provas obtidas pelo Fisco. Ainda assim, Dallari foi preservado.

**Terceiro:** Ao menos um dos vários parlamentares que tiveram acesso às car-

tas anônimas que denunciam o "esquema Balthasar-Sandro" garante que elas estão relacionadas às denúncias sobre prática constante de contrabando no aeroporto internacional de Cumbica (SP). No momento em que o país escancara suas portas à entrada de produtos importados, Everardo Maciel estaria interessado em substituir os agentes que controlam as alfândegas por integrantes de seu círculo de confiança. A reação dos ameaçados de perder o posto teria sido denunciar a prática de tráfico de influência pelos assessores diretos do secretário.

**Há dezessete meses, a Assembléia do Rio alertou FHC sobre os vínculos de Dallari. Agora ele diz que não sabia**

**Quarto:** Everardo Maciel e José Milton Dallari têm em comum o fato de serem assessores imediatos do ministro Pedro Malan. Mas têm origens e integram esquemas políticos distintos. Lançado na política por Marco Maciel, seu sobrinho Everardo é homem de confiança do vice-presidente da República, um dos cardeais do PFL. Dallari, que chegou à política nos anos 70, pelas mãos do então ministro Delfim Netto, parece ter hoje relações muito sólidas com o PSDB. Foi conduzido à secretaria de Acompanhamento Econômico na época em que Fernando Henrique dirigia a Fazenda. Teria permanecido no posto graças ao apoio que lhe empresta o ministro do Planejamento, José Serra.

Experimente juntar os fatos. Imagine, numa espécie de exercício especulativo, que as denúncias levantadas contra José Milton Dallari, Paulo Balthasar Carneiro e Sandro Martins são procedentes. Imagine mais. Suponha que o tráfico de influências pretensamente praticado por eles prosperou até o momento, apesar das múltiplas denúncias, porque os três têm atrás de si "esquemas" muito poderosos: as famosas "caixinhas" montadas por partidos políticos para financiar campanhas eleitorais, em troca de favores concedi-

dos a empresários. O intrigante é que se a hipótese que você construiu fosse verdadeira, tanto os funcionários envolvidos diretamente no caso quanto o Palácio do Planalto e seus líderes no Parlamento teriam agido exatamente como fizeram, desde que os fatos das últimas semanas começaram a vir à tona.

Examine, sempre a título de especulação, o caso do sobrinho do vice-presidente da República, Everardo Maciel. Nem as cartas anônimas, nem o protesto formal da Unafisco contra a nomeação de Sandro e Balthasar o abalam. Ele está empenhado, precisamente, em afastar da Receita os "esquemas" alheios ao do PFL. Por isso está intervindo em Cumbica. Everardo sabe, ainda, que há mais gente graúda com o rabo preso. O Presidente ousaria, por exemplo, mexer com o secretário que "segurou a barra" de Dallari, o pivô do "esquema" dos tucanos?

Pense agora em Dallari, cujas armações — supostas armações, você sabe — vieram a público através das páginas de "Veja". O secretário especial estaria disposto a cair sozinho? E bem na hora em que se espalham por Brasília cartas anônimas que relatam a ação dos homens de Everardo?

**Em fevereiro, Malan toma conhecimento das investigações contra o secretário. E decide mantê-lo no cargo**

Dallari resiste. Na quarta, dia 8, todos os "grandes" jornais garantem, em manchete, que o Palácio do Planalto "espera a saída" do secretário. No Palácio do Planalto, sucedem-se as reuniões, várias delas com a presença do presidente da República. FHC, diz a "Gazeta Mercantil", mantém "horas de conversa" com Malan sobre o assunto. De um outro encontro, prossegue o mesmo jornal, participam o ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, e os líderes do governo no Legislativo. Embora não possa participar continuamente das conversas,

Fernando Henrique comparece várias vezes à reunião. No plenário do Senado, José Serra e Antonio Carlos Magalhães trocam, enquanto isso, alfinetadas rudes.

No dia 10, o ambiente é outro. A resistência de Dallari teve êxito. "O Estado de S. Paulo" informa: segundo um amigo, "o secretário cobrou solidariedade do governo", e "não gostou nem um pouco da proposta para que se afastasse do cargo".

**Suponha que as denúncias sejam verdadeiras. Se quisesse abafá-las, o Palácio do Planalto teria agido exatamente como fez**

Deixe de lado, agora, todas as suposições maldosas. Pese apenas os fatos. Dois assessores diretos do ministro da Fazenda estão envolvidos em denúncias e segundo as quais eles próprios, ou seus subordinados diretos, usam o poder de decidir que lhes foi dado em benefício de grupos econômicos nacionais e estrangeiras, e cartéis de empresas privadas. Você diria que é caso para convocar uma CPI, correto?

**Após três dias de incessantes reuniões, o governo toma uma atitude: vai perseguir quem denunciou as fraudes**

No dia 8, o porta-voz da presidência da República, Sérgio Amaral, anunciou que o chefe do governo havia ficado "extremamente irritado"... com a Receita, de onde vazaram as denúncias contra Dallari. No dia 9, o mesmo Amaral revelou que segundo o cidadão Fernando Henrique Cardoso, Dallari "vem prestando inestimáveis serviços ao governo e ao Programa de Estabilização Econômica". A mesma nota informa que serão apuradas, "na forma da lei, as eventuais responsabilidades, nos campos administrativo e penal" pela "indevida divulgação" dos documentos que incriminam o secretário.

ANTONIO MARTINS

# O ENSINO DA DESIGUALDADE

*Um congresso internacional de educadores denuncia: no terceiro mundo a "nova ordem" golpeia o direito universal à educação*

*Estou, mas não sou.  
E entro num trem que me  
leva aonde não vou,  
num país exilado de mim.*

*Eduardo Galeano*

**C**erca de mil educadores reuniram-se entre 19 e 23 de julho no Zimbábue, África, para o I Congresso Internacional de Educação (I.E.). Os delegados, que representavam 18 milhões de profissionais de educação decidiram iniciar, no terceiro mundo, uma campanha em defesa da escola pública. Estão convencidos de que o neoliberalismo tornou-se sinônimo, nas políticas educacionais dos países da periferia, de discriminação.

Os delegados da América Latina reuniram-se previamente, entre 12 e 15 de julho, no Seminário Internacional sobre Educação, em Itapeverica da Serra, São Paulo. O encontro serviu para fazer um balanço detalhado dos avanços do neoliberalismo no continente, e de suas consequências trágicas.

**O Chile subvenciona o ensino privado. A escola pública vira depósito de filhos de trabalhadores.**

Segundo Frederico Lopes Neto, secretário de políticas sociais da CNTE, o Chile, de longe, é o país que mais encampou o pensamento e o projeto neoliberal. Um documento do diretório nacional do Colégio de Professores do Chile, explica: o Ministério da Educação renunciou a todo tipo de fiscalização, pedagógica e financeira, sem nenhuma política de orientação nacional que desse coerência a um sistema em desarticulação, transformando o município autoritário em um compartimento fechado, sem conexão nacional."

A escola chilena perdeu seu caráter universal, público. O esquema implantado é simples e cruel: o Estado se incumbiu de pagar o custo médio do aluno através da Unidade de Subvenção Educacional, calculado em torno de US\$ 22. Os alunos são matriculados nas escolas de acordo com as condições financeiras dos pais: a educação privada, com 7%, atende a segmentos da população com altos rendimentos, a educação corporativa alcança 4% e atua no ensino médio técnico-profissional (com uma subvenção estatal superior a da educação municipal e com o apoio dos empresários), a educação particular

subvencionada atende 32% da população em idade escolar do ensino básico e médio e a educação municipal compreende a maior parte da população, com 57%.

O resultado é uma desigualdade dramática. As escolas de educação corporativa e particular subvencionada calculam o custo médio de cada aluno entre US\$ 112 e mais de US\$ 200. Deste modo, as escolas municipais acabam por se transformar no depósito de filhos de trabalhadores cujos salários não podem pagar a diferença entre a mensalidade de escolas mais bem equipadas e a subvenção do Estado.

Além disso, mesmo as escolas municipais competem entre si para a obtenção de investimentos privados. Nessa luta por demonstrar "competência", a vitrine es-

não distinguir as cores na pré-escola, por ser repetente ou porque seu rendimento escolar é inferior a 4,5."

**O critério é a "eficiência". A menina Adriana é impedida de estudar, porque não tem o braço esquerdo**

A Argentina vem logo em seguida, no processo de descentralização e de privatização da educação. Segundo informe da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (C.T.E.R.A.), o "sistema educacional da República Argentina vive um momento de transição". A Lei de Educação nº 1420, de 1884, foi substituída pela Lei nº 24195, de 1993. A nova lei estabelece que, junto ao regime oficial, público deve agregar-

ma evidencia o não cumprimento por parte do Estado de sua responsabilidade como provedor da obrigatoriedade e gratuidade do nível primário e da igualdade de possibilidades de acesso à educação pública".

Na Bolívia, a lei de reforma educacional, que previa a implantação do programa de descentralização, municipalização e privatização (especialmente sob a direção da Igreja), desobrigando o Estado da responsabilidade do ensino, foi fortemente contestada por professores em greve e em grandiosas manifestações de rua junto a outros milhares de trabalhadores, organizados na Central Operária Boliviana (COB). No embate, o governo Lozada mostrou as unhas: instituiu o estado de sítio para encarcerar as contestações populares e destruir a organização dos trabalhadores.

**Na Argentina, o ministério da Educação transferiu às jurisdições 3 mil escolas, ou um milhão de alunos**

O resultado desta reforma começa a ser evidenciado: 95% das escolas que atendiam aos filhos dos trabalhadores das minas, ferrovias e outros serviços foram fechadas; fica permitido o acesso de qualquer tipo de profissional, sem qualificação adequada, para exercer a função de professor, com o fim das escolas de magistério e os centros de formação de professores mantidos pelo Estado; cresce o número de professores que abandonam as escolas rurais em busca de melhores salários nas cidades; o professor passa a ser o "culpado" pelos problemas educacionais, segundo um sistema nacional de "avaliação".

A desqualificação, pauperização e des-sindicalização dos professores, completam o processo de privatização da educação na América Latina. Segundo Mirian Jorge Warde, coordenadora do Programa de Pós-Graduação de História e Filosofia da Educação da PUC/SP, esta política, ditada pelo Banco Mundial e experimentada no Chile desde a década de 50, relaciona-se com objetivo de realizar um desmantelamento do sistema nacional de ensino dos países do terceiro mundo. O Brasil, nesse quadro, encontra-se ainda "atrasado". Aumenta a responsabilidade dos trabalhadores brasileiros: impedir o desmantelamento do sistema nacional de ensino, questionando o inevitável "destino" colocado à educação no terceiro mundo.

**CECÍLIA LUEDEMANN**



colar expulsa o "diferente", o "incompetente", discriminando as crianças das famílias mais pobres. O Colégio de Professores do Chile denuncia: "Veamos o Chile de 1995. Adriana, uma menor de 14 anos, foi impedida de cursar o primeiro ano de ensino médio, por ser inválida. Falta-lhe o braço esquerdo. A Margarida, de 16 anos, foi exigido condicionar alguns comportamentos na escola como mãe adolescente. Não poderia assistir a graduação de seu curso, não poderia mencionar que tinha um filho, nem assistir a aula com ele, nem participar em atos cívicos nem em atividades extra-escolares. Outras crianças têm seu acesso impedido porque são desorganizados, insolentes ou filhos de pais divorciados. Também por

se o regime privado com subvenção estatal e o regime privado propriamente dito. Já foram transferidos do âmbito nacional (Ministério da Cultura e Educação) às demais jurisdições estatais e ao sistema particular 2990 escolas de educação média, com 183 mil professores e 1 milhão e cem mil alunos, permanecendo sob sua responsabilidade apenas os institutos de ensino superior e universidades nacionais.

Os educadores argentinos, preocupados com o processo de destruição do sistema nacional de ensino, denunciam: "Esta desarticulação se produz, já que cada jurisdição responde conjuntamente de acordo com sua possibilidade econômica. A falta de um financiamento adequado para a sustentação do siste-

# O NOVO ALVO É O BRASIL

*Sob o patrocínio do Banco Mundial, e sem qualquer debate, as Secretarias da Educação comandam a introdução do neoliberalismo no ensino nacional*

**N**em os professores e especialistas da educação, nem o Congresso Nacional, nem as Assembléias Legislativas e trabalhadores, de debateram. Mas já estão a pleno vapor, no Brasil, as mudanças neoliberais no sistema de ensino de 1º e 2º graus. O sentido é descentralizar, privatizar e aprofundar as diferenças regionais e sociais das escolas brasileiras. O processo de desmantelamento do sistema nacional de ensino está sendo liderado pelo Banco Mundial. A resistência dos trabalhadores da educação é o que ainda o detém.

Quem olhar, por dentro, o sistema nacional de ensino, especialmente a partir de algumas secretarias estaduais observará uma estreita relação entre os programas para a educação e os financiamentos de projetos pelo Banco Mundial. Estão previstos empréstimos de 302 milhões de dólares para Minas Gerais; de US\$ 575,5 mi para São Paulo; US\$ 171,3 para o Paraná; US\$ 45 mi para o Espírito Santo; e US\$ 378,6 mi para alguns estados do Nordeste.

O sinal evidente dessa relação é a realização de um grande número de avaliações dos sistemas estaduais de ensino, a pedido do Banco Mundial. Heraldo Vianna, da Fundação Carlos Chagas e coordenador de muitos desses projetos, explica que o objetivo principal tem sido medir a qualidade — ainda indefinida — do ensino, mas sim o “desempenho” dos alunos. Nereide Saviani, professora de História e Filosofia da Educação da PUC/SP, afirma que as avaliações preocupam-se apenas em medir o *quanto* o aluno aprende e não *o que* e *nem como*. O currículo “sugerido” pelas agências internacionais dá, maior ênfase ao domínio das linguagens, dos símbolos, da lógica matemática, desprezando os conhecimentos das ciências sociais, como história e geografia.

**A avaliação do Banco Mundial quer saber apenas quanto o aluno aprende: nem o que, nem como aprende**

Segundo Celso Ferretti, da PUC-SP e Fundação Carlos Chagas, esse currículo só pode ser compreendido a partir da determinação do Banco Mundial em apoiar os sistemas educacionais dos países do terceiro mundo às teorias do “capital humano”, que valorizam a preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, ao invés de uma formação global dos alunos.

Lívia de Tommasi, pesquisadora da ins-

tituição Ação Educativa, revela que o Banco Mundial envia missões de identificação, com técnicos que acompanham as comissões de estudo dos projetos. Geralmente, esses governos financiados colocam à frente das secretarias estaduais de educação pessoas muito bem relacionadas com essas agências de financiamento.

O maior exemplo dessa tendência de “negociação” dos itens de financiamento é o caso de Minas Gerais. O projeto de “Qualidade Total”, dos governos Hélio Garcia e Eduardo Azevedo, é a menina dos olhos do Banco Mundial: descentralização, participação da “comunidade”, eleição dos diretores, ênfase no livro didático, treinamento dos professores em serviço, alongamento da jornada de trabalho, parceria com as empresas, organização da escola segundo as normas empresariais japonesas.

**A avaliação do Banco Mundial quer saber apenas quanto o aluno aprende: nem o que, nem como aprende**

Durante o seminário “Novas formas de gestão na educação”, realizado em 7 de agosto em São Paulo, organizado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) a secretária de Educação de Minas defendeu, sorridente, a diminuição da responsabilidade do Estado na educação: “Para a escola tornar-se pública deve deixar de ser estatal, deve haver parceria com empresas. Estamos dando autonomia para as escolas resolverem os seus problemas. O colegiado, formado por pais, alunos, funcionários e professores, elege o diretor da escola e o professor é avaliado. Temos casos em que o professor que não tem um bom desempenho é colocado para fazer tarefas como tirar xerox. Os empresários ensinam os diretores a nova forma de gestão. Assim todos ganham: o país produz mais, os empresários vendem e lucram.”

A secretária da Educação de São Paulo, Rose Neubauer da Silva, acrescentou que em seu estado as medidas para tornar



**Sala de aula em São Paulo: esmagadora maioria das escolas continua assim. As outras estão sendo atreladas às empresas**

a máquina mais “flexível” incluem a divisão do 1º grau em dois estágios: um 1º a 4ª série (como o antigo “primário”) e outro da 5ª à 8ª série (o velho “ginásio”); e repasse direto das verbas para as delegacias em parceria com Fiesp e a Fundação Roberto Marinho em cursos de formação à distância.

Entusiasmada com exemplos como o de Taboão da Serra, onde três escolas públicas firmaram convênio com a Câmara Americana de Comércio, a secretária deixou de lado a espinhosa polêmica em torno dos salários miseráveis dos professores.

Na verdade, em Minas. Apenas 1% dos alunos estão no programa “qualidade total”. Daisy Moreira, professora primária e mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, defendeu em junho a tese “A intervenção estatal na gestão escolar pelo Controle da Qualidade Total”, numa sala lotada de professores, pesquisadores, alunos e dirigentes sindicais, que foram totalmente apartados do processo de discussão das medidas da Secretaria estadual de educação.

Perante a banca examinadora, Daisy sustentou que o projeto educacional do governo mineiro é na verdade um programa de elitização do ensino e preparação de uma pequena parcela da mão-de-obra para as empresas.

Daisy Moreira examinou a experiência da Escola Estadual Madre Carmelita,

em Belo Horizonte, considerada “exemplar” pela Fundação Christiano Ottoni na implantação do “Qualidade Total”. Segundo a pesquisa, as escolas são transformadas em unidades gerenciais básicas, cujo gerente é diretor, eleito pela “comunidade”, e o professor deve ser o funcionário eficiente para servir aos clientes — pais e alunos. Mas, ao contrário do que se anuncia, a “autonomia” é um laço apertado: o professor opina sobre tarefas que lhe são cobradas e ao diretor, novo político local, cabe a tarefa de propor saídas junto à secretaria.

**De olho nas verbas, governadores nomeiam secretários de Educação com “trânsito” no Banco Mundial**

Em Minas Gerais, apenas cem escolas implantaram o projeto “Qualidade Total”, nas regiões mais ricas do sul e sudeste do estado. Os parceiros são empresas como Cauê, Açominas, Companhia Siderúrgica Paim, Fundação Aldebarã Ltda, Companhia Siderúrgica Belgo Mineiro e até a Refinaria Gabriel Passos da Petrobrás. Na região norte, como o Vale do Jequitinhonha, a situação é precaríssima, um verdadeiro abandono. Em Diamantina, a diretora da Escola Joaquim Felício, Vaneil de Jesus Silva Rocha, desabafa: “Eles mandam merenda, prometem novos equipamentos, mas o salário é uma falta de respeito. As professoras recebem 150 reais”.

**CECÍLIA LUEDEMANN**

# SAUDADES, MANDEL

*A esquerda perde um teórico que rejeitava os dogmas, e queria a integração dos marxistas com um leque amplo de correntes anticapitalistas*

No dia 20 de julho morreu, em Bruxelas, na Bélgica, Ernest Mandel, vítima de um ataque cardíaco. Foi ao mesmo tempo um dos teóricos marxistas mais importantes deste século e um dos mais ativos militantes socialistas.

Nasceu em 5 de abril de 1923, em Frankfurt, Alemanha, de uma família judia de Antuérpia (Bélgica). Começou sua militância política muito cedo, na luta contra a II Guerra Mundial. Em 1940, aos 17 anos, ingressou na IV Internacional, fundada dois anos antes por iniciativa de Leon Trotsky. Durante a ocupação nazista, foi preso três vezes, e por duas conseguiu fugir, a segunda do campo de trabalho de Wesseling, na Alemanha. Participou da reorganização da IV Internacional depois da guerra. Quando ela se dividiu, foi um dos principais organizadores da corrente conhecida como Secretariado Unificado e um dos seus principais dirigentes até sua morte.

Mandel reuniu várias das melhores características do movimento operário do início do século: internacionalista (desde que veio ao mundo, aliás: de nacionalidade belga, nascido na Alemanha), poliglota, dono de uma cultura ampla. Escreveu muito, sobre uma grande variedade de temas, publicando suas obras indistintamente em francês, inglês ou alemão.

**O teórico marxista procura entender a recuperação das economias de mercado no pós-Guerra...**

No terreno da economia, algumas de suas obras estão entre as mais importantes do marxismo. O *Tratado de Economia Marxista*, publicado em 1962 e difundido em inúmeras edições em várias línguas, rompeu com uma tradição de manuais secos e dogmáticos. Procurou confrontar a economia marxista com os conhecimentos históricos e econômicos acumulados fora do campo marxista, e mostrar a partir daí que ela mantinha sua atualidade e era capaz de explicar os problemas correntes. A preocupação com um estudo não dogmático, e com um diálogo permanente com outras concepções teóricas, manteve-se em seu livro sobre *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*, publicado em francês em 1967, e igualmente traduzido para várias línguas (teve uma edição brasileira, pela Zahar).

A preocupação em renovar o pensa-

mento econômico marxista tinha um objetivo claro: explicar como e porque o capitalismo tinha recuperado seu dinamismo no pós-segunda guerra, após um período de crise e depressão, quando boa parte dos marxistas acreditavam que o sistema capitalista vivia uma crise agônica. Após muitos artigos em torno a este tema, Mandel chegou a *O Capitalismo Tardio* (primeira edição em alemão em 1972, publicado no Brasil na coleção *Os Economistas*, da Editora Abril/Nova Cultural).

**... propõe uma hipótese inovadora: os ciclos longos da economia são determinados pela política...**

Esta foi talvez sua obra teórica mais importante. Retoma aí a teoria das "ondas longas" na economia capitalista, segundo a qual este sistema é marcado por uma alternância entre fases em que predominam anos de crescimento, e fases em que predominam tendências recessivas. Com base nesta concepção, e enfatizando o lugar central das variações da taxa de mais-valia e da taxa de lucro para explicar a evolução do capitalismo, Mandel procura mostrar que há uma assimetria básica nas "ondas longas". Enquanto a passagem de uma fase expansiva a uma recessiva é determinada por razões internas à própria economia mundial, a passagem de uma "onda longa recessiva" a uma "onda longa expansiva" depende de fatores externos, exógenos, sobretudo políticos.

Esta análise lhe deu base para prever o esgotamento da fase de expansão econômica do pós-guerra, o que logo viria a se confirmar, particularmente com as recessões generalizadas da economia mundial em 1974/75 e 1981/82. Por outro lado, ela lhe permitia depois afirmar também que não haveria retomada automática do crescimento. Que, além de inovações tecnológicas e alterações na organização do trabalho, isto é, mudanças que permitem uma elevação na produtividade do trabalho, um revigoramento do capitalismo dependeria também da imposição de derrotas expressivas aos trabalhadores, que possibilitassem o aumento da taxa de mais-valia.

As questões das condições da expansão capitalista e dos seus ritmos certamente são polêmicas. Mas não pode haver dúvida de que de os anos 80 e 90 têm sido marcados por grandes ataques contra os

trabalhadores: contra os sindicatos, contra o nível de emprego, contra os gastos públicos de caráter social etc. A burguesia tem apresentado tudo isto como uma necessidade para a retomada do crescimento econômico "sadio". Mas até agora os anos de vacas gordas não voltaram, mesmo o capitalismo tendo sido beneficiado ainda pelo desmoronamento do antigo campo socialista. Mandel acreditava que as condições políticas para a retomada do crescimento capitalista ainda não estão dadas, que portanto ainda estamos no interior de uma "onda longa recessiva". E que a ofensiva conservadora da burguesia continuará, o que reforça a necessidade, para os trabalhadores, da luta pela superação do capitalismo e pelo socialismo.

Os outros livros mais importantes no campo econômico são *As ondas longas no desenvolvimento capitalista*, publicado inicialmente em inglês, e a reunião de artigos analisando a evolução econômica mundial nos anos 70 e 80 (no Brasil, *A crise do capital*, da Editora Ensaio).

**...e prevê: depois da crise dos anos 70 e 80, o capitalismo duramente golpeará os trabalhadores**

Outro campo fundamental de pesquisa de Mandel foi o da evolução da União Soviética e das questões teóricas envolvidas no processo de construção do socialismo. Foram inúmeros os artigos nos quais tratou da história da revolução russa e da URSS, do problema da burocratização no movimento operário, da relação entre planejamento e mercado, da possibilidade de um planejamento democrático, autogestionário etc. Um dos seus últimos livros, *Poder e Dinheiro*, publicado em inglês em 1993, tratava justamente da questão da burocracia.

Mandel escreveu muito sobre Trotsky, procurando mostrar a importância de suas



**Mandel: o socialismo não é inevitável; por isso é preciso lutar por ele**

contribuições ao marxismo e ao desenvolvimento de um novo projeto socialista, revolucionário e democrático. Seu último trabalho de fôlego, publicado originalmente em alemão, *Trotsky como Alternativa*, será lançado brevemente no Brasil pela Editora Xamã.

**Nos estudos sobre socialismo, a busca de um planejamento democrático e autogestionário e a análise da burocracia**

Mandel defendia a necessidade da construção de uma alternativa internacional aos partidos social-democratas e stalinistas, dominantes na esquerda a nível mundial nas décadas passadas, e propunha uma confluência de diversas correntes, num marco de unidade e pluralismo. Esta alternativa deveria combinar raízes no marxismo clássico com a integração em um corpo político coerente da experiência das diversas lutas revolucionárias e das variadas concepções teóricas associadas a elas. Assim, foi natural que, desde o início da construção do PT, Mandel tenha se identificado com ele, acreditando que poderia ser um agente importante na construção deste novo projeto socialista.

Foi um dos militantes mais convencidos da necessidade do socialismo para o progresso da humanidade. Ao mesmo tempo, não pensava que seu triunfo fosse inevitável, mas sim que a opção está entre o socialismo ou a barbárie, cuja ameaça é mais real do que nunca. Esta compreensão alimentava sua convicção de militante socialista. Por outro lado, manteve até o final a esperança e o otimismo: para ele, o pessimismo só cabe aos que não conseguem ver além do imediato, do já dado.

**JOÃO MACHADO\***

\*PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC/SP E MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

# A GUERRILHA ESCUTA O POVO

*Zapatistas submetem seu destino político a consulta popular, escapam das pressões do governo e alcançam amplo apoio internacional*

O Exército Zapatista de Libertação Nacional voltou a colocar em xeque o governo neoliberal do México ao abrir, nos primeiros dias de de julho, uma consulta nacional e internacional sobre suas reivindicações e seu futuro político. Lançada no exato instante em que o presidente Ernesto Zedillo alardeia o começo de uma suposta “recuperação econômica”, a iniciativa alcançou ampla repercussão, e está colocando a guerrilha em posição confortável nas negociações com o governo, que se arrastam há três meses. Além disso, espalhou por diversas partes do mundo comitês de solidariedade que se comunicam via Internet, muitas vezes na mesma linguagem bem-humorada que caracteriza os textos do principal líder dos rebeldes, o “subcomandante” Marcos.

**Contra os dogmas da Nova Ordem, as “treze bandeiras” do EZLN.**

A consulta começou a tomar forma em 20 de junho, quando Marcos compareceu pessoalmente a uma reunião da Convenção Nacional Democrática (CND) — a frente de forças políticas que apoiam os zapatistas — e conseguiu que ela tomasse a frente do processo. Cinco perguntas (veja o quadro) são apresentadas aos mexicanos e aos que se solidarizam com sua luta em todo o mundo. Elas visam ressaltar o caráter democrático da guerrilha, num país onde as eleições costumam ser sinônimo de fraude, e o sistema político foi construído para manter eternamente no poder o partido das elites (PRI). E têm, no plano internacional, ambições ainda mais amplas, como sugere Rosario Ibarra, militante da CND, num artigo intitulado “Internacional da Pobreza”. Segundo ela, o objetivo é participar de um “processo libertário” em que as “treze bandeiras” sugeridas pelo EZLN “voltem a tomar o lugar de valores universais que o capitalismo e sua ‘nova ordem mundial’ devastaram”. A comissão que coordena a consulta propôs que as cinco questões fossem formuladas de diversas formas: em mobilizações, festivais artísticos, entrevistas coletivas, assembleias, bairros, igrejas, parques ou diante das embaixadas mexicanas.

Em poucos dias as respostas começaram a surgir. Organizações



**Guerrilheiros consultam suas bases em Água Azul**

sociais de 20 cidades italianas promoveram na cidade de Brescia uma assembleia de apoio à rebelião zapatista. As três primeiras perguntas foram apresentadas a uma concentração de 50 mil pessoas que se reuniu em 24 de junho na Praça San Giovanni, em Roma, e o *sim* venceu por unanimidade. Na Espanha, formou-se uma Plataforma de Solidariedade com

Chiapas — região onde atua a guerrilha — com participação de políticos de esquerda e religiosos. Em Toulouse, França, as questões, e vários documentos zapatistas, foram divulgados durante duas semanas pela rádio independente Canal Sul.

Sonegadas pela “grande” imprensa, as informações sobre a consulta ganham os continentes

através da Internet (o endereço eletrônico da guerrilha é <http://www.peak.org.justinezln>). Muitos dos comunicados estão livres do tom doutrinário que costuma caracterizar alguns documentos da esquerda. Ao comunicar aos guerrilheiros as atividades de Toulouse, uma integrante da rede brinca: aqui há “fábricas de aviões, sistemas eletrônicos e armas. Não se-

ria muito estranho que alguma das armas que vocês vêem agora tivessem sido fabricada precisamente por um ex-camponês da cidade que escapou do desemprego”.

No México, a consulta tem livrado o EZLN das pressões do presidente Zedillo para que firme acordos desfavoráveis. Às custas de uma recessão profunda (8 mil trabalhadores perderam o emprego, e 10 mil foram empurrados para a economia informal a cada dia, nos quatro primeiros meses do ano), o governo reequilibrou a balança comercial, satisfaz os credores e voltou a receber investimentos externos. Como sabe que a situação permanece instável, procura aparecer como promotor da paz. Reabriu o “diálogo”, restrito no entanto à busca de uma “distensão” militar em Chiapas. Afoba-se para impor aos guerrilheiros compromissos que os paralise no futuro.

**Nas mensagens de Marcos, saudações à imaginação**

Os zapatistas resistem. Participam do processo de conversações. Reivindicam, porém, que constem da pauta os “temas nacionais” (a democratização do México), e interrompem cada rodada de quatro dias de reuniões para intervalos de consultas às bases, que duram três semanas. Em 24 de julho, quando teve início um dos “diálogos” entre as partes beligerantes, um dos representantes do governo Gustavo Iruegas, disse que a manter-se o ritmo observado pela guerrilha, a negociação se estenderia “por pelo menos 37 meses”. E queixou-se: o EZLN parecia mais interessado na consulta que promove que nos encontros com as autoridades. O “comandante Tacho”, porta-voz do grupo armado, retrucou “a negociação pode levar um ano ou dois, o que nos preocupa é que os problemas de injustiça e marginalização se resolvam”.

Da selva Lacandona, base principal da guerrilha, Marcos insiste em reagir às sombras do neoliberalismo com golpes de bom humor e alto astral. Uma de suas mensagens mais recentes, que agradece o apoio dos trabalhadores italianos, termina assim: “Valeu. Saúde, e que a imaginação e a criatividade, e não a estupidez, conquistem o mundo”.

**ANTONIO MARTINS\***  
\* COM O NOTICIÁRIO DA AGENCIA IPS

## Resposta aos zapatistas

Reproduza as “cinco questões”. Promova a consulta em seu trabalho, seu bairro, sua escola. Envie os resultados para o *Brasil Agora*. Ou assinale você mesmo suas respostas e remeta para Rua Vicente Prado, 134 — 01321-020 - S.Paulo-SP

1. Você está de acordo que as principais reivindicações do povo mexicano são: terra, casa, trabalho, comida, saúde, educação, cultura, informação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz?  
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

2. As distintas forças democráticas do México devem unir-se numa ampla frente de oposição e lutar pelas 13 reivindicações principais?  
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

3. Deve-se fazer no México uma reforma política profunda que garanta: igualdade, participação cidadã, incluídas a não partidária e a não governamental, respeito ao voto e reconhecimento de todas as forças políticas nacionais, regionais ou locais?  
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

4. O EZLN deve converter-se numa força política independente e nova?  
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

5. O EZLN deve unir-se a outras forças e organizações e formar uma nova organização política?  
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

Dados do votante:  
(São importantes e úteis, mas não obrigatórios)  
Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

EUA

# PAZ COM VIETNAM GUERRA EM CORTINA

**No Estado de Bill Clinton, os EUA treinam dezenas de milhares de soldados para intervir na América Latina**

**E**m 1969, quando a guerra do Vietnam se encontrava em sua etapa mais cruenta, os colaboradores do secretário de Defesa Melvin Laird introduziram num dos supercomputadores do Pentágono todos os dados relativos ao conflito e perguntaram: "Quando vamos ganhar?" Depois de processar a montanha de informações, o computador emitiu uma resposta lacônica e incisiva: "Ganharam em 1964".

Os computadores têm fama de topeiras, mas raras vezes se equivocam. A guerra do Vietnam significou uma derrapada mortal para os norte-americanos. Seu testamento mais claro foi escrito por Normam Mailer em 1965 e se chamava justamente *Um sonho americano*. A ruptura deste sonho teve seu equivalente histórico com a queda ideológica da União Soviética. As grandes utopias que disputavam entre si o futuro do mundo passaram na prática à sublimação, ao desgaste, ao nada.

**A guerra do Vietnã provocou feridas que ainda não terminaram de cicatrizar**

Diferente da derrota na Coreia, o Vietnam foi a primeira guerra oficialmente perdida pelos EUA: implicou numa retirada sem condições, um abandono vergonhoso dos que haviam sido aliados e colaboradores (colaboracionistas) e desencadeou divisões tão profundas que as feridas ainda não acabaram de cicatrizar. Os EUA não só perderam no campo de batalha mas também em seu próprio país, onde ganharam terreno o movimento pacifista e os hippies e uma cultura em que a derrota se prolongou durante anos em forma de contínua reflexão.

**No cenário de "Cortina", ruas empoeiradas e cantinas onde se escutam canções latinas**

Atualmente, o exército dos Estados Unidos está treinando novamente para lutar contra rebeliões em países do Terceiro Mundo povoados por camponeses e exércitos guerrilheiros. O país imaginário que se chama "Cortina" está localizado em Fort Chaffee, uma base do exército no estado de Arkansas, lar de Clinton. Os povoados de Cortina foram projetados para parecer verdadeiros, com ruas empoeiradas, carros puxados por cavalos e cantinas onde se escutam canções

latinoamericanas. Às tropas se ensina que não devem ser demasiado amistosas, mas tampouco desnecessariamente agressivas.

**Quando terminar o atual governo, toda infantaria regular dos EUA terá passado por Fort Chaffee**

Dez vezes ao ano, brigadas de 5 mil soldados cursam o programa especial de treinamento. O exército guerrilheiro, formado pelo primeiro batalhão do regimento de paraquedistas da infantaria número 509, se auto-denomina "Movimento Nacional Revolucionário do Povo". A polícia, o exército, as autoridades civis de Cortina são "extras" contratados por uma empresa de consultoria de defesa chamada BDM International. Ela tem sede em Arlington, Virgínia, e é a mesma que em 1981 elaborou, por encomenda da Escola de Guerra do Exército dos EUA, uma investigação sobre a tática, a estratégia e a política aplicada pelos EUA na guerra do Vietnam. A BDM entregou a seus clientes um estudo de oito volumes e 3.500 páginas intitulado *Estudo estratégico das lições aprendidas no Vietnam*, que imediatamente foi classificado como secreto pelo Pentágono, ainda que posteriormente tenha servido de base para a elaboração da atual doutrina bélica estadunidense.

As tropas enfrentam-se com violentas manifestações por parte dos camponeses, que em alguns casos são utilizados como "escudos humanos" pelos guerrilheiros. Os soldados aprendem como relacionar-se com as autoridades de Cortina, que suspeitos liberar e quais manter cativos para "ganhar os corações e as mentes das populações".

Esta operação revela uma nova reflexão do Pentágono sobre o tipo de guerra que suas tropas farão no futuro. Enquanto os EUA conservam a capacidade de travar guerras convencionais em larga escala, os programas de



EDDIE ADAMS/AP

Fort Chaffee mostram o renovado interesse das autoridades pelas operações de baixa intensidade.

**Soldados aprendem a se relacionar com autoridades, e enfrentam rebeliões camponesas**

Quando o presidente Clinton enfrentar sua próxima eleição, toda a infantaria regular dos Estados Unidos e muitas das unidades de reserva estarão preparadas para enfrentar as "largas e sujas" insurreições no Terceiro Mundo que os Estados Unidos não enfrentaram desde o Vietnam. Talvez Clinton nem sequer o saiba, porque ao falar dos EUA se está falando de uma entidade que vive e se manifesta por si mesma. Na irracionalidade atual pode ter sido um computador quem determinou que é hora de voltar a uma imagem de destino ou de fatalidade.

**WALTER GOOBAR\***  
\*DO JORNAL "PAGINA 12,  
DE BUENOS AIRES



GRILO

**Crianças vietnamitas fogem de bombas de napalm lançadas pelos EUA. Nem a humilhante derrota dos norte-americanos inibiu a vontade de intervir na América Latina, como mostram os treinamentos em "Cortina"**

# O OCIDENTE ESCONDE SUAS CULPAS

*As potências capitalistas atiçaram as rivalidades entre sérvios, bósnios e croatas. Agora temem atolar num novo Vietnã*

Há três anos a carnificina étnica na Bósnia freqüenta o noticiário, sem uma saída visível para a tragédia em que sérvios, muçulmanos e croatas se aniquilam uns aos outros. As potências ocidentais estão atoladas na guerra civil até o pescoço, ensanduichadas entre duas alternativas igualmente ruins. Uma delas é arrancar a máscara humanitária que a atuação através das Nações Unidas lhes dá, e tomar abertamente o partido dos muçulmanos, aos quais vêm apoiando de forma disfarçada. É o passo que falta para lançar a França e a Grã-Bretanha — os dois países com maior presença militar na região — no túnel escuro de um Vietnã europeu. A outra opção é tirar de cena os “capacetes azuis” da ONU e deixar que os contendores resolvam a parada por si. É um convite ao banho de sangue — e a uma invasão da Europa rica por uma enxurrada de refugiados dos Balcãs.

**Iugoslavos conviveram sem grandes atritos por décadas, ao contrário do que dizem os preconceitos da imprensa**

Na prática, a proposta de “ver o circo pegar fogo” é a que os congressistas do Partido Republicano estão tentando aprovar nos EUA, com sua pressão pelo fim do embargo internacional ao fornecimento de armas às partes em conflito. Já o presidente norte-americano, Bill Clinton, quer manter o embargo, acompanhando a posição da Grã-Bretanha e (com menos ênfase) da França. Mas é incapaz de apresentar uma alternativa. Os EUA, interessados em ganhar pontos junto a países islâmicos como a Turquia, tomaram ostensivamente o partido dos muçulmanos bósnios — mas só até o ponto em que esse apoio não coloque em perigo soldados norte-americanos.

Incapazes — pela diferença de interesses — de chegar a uma posição comum, as potências capitalistas tratam de demonizar os sérvios da Bósnia como ban-



**Refugiados num campo da ONU, na Bósnia: atiçados pelo Ocidente, tanto sérvios quanto croatas e muçulmanos praticam uma guerra cruenta.**

didos sanguinários. É uma cruzada hipócrita, em que os povos da antiga Iugoslávia são tratados como “bárbaros”, carentes de alguém que os “pacifique”. Omite-se a responsabilidade da Europa Ocidental pela carnificina que dilacera a região. Os crimes cometidos pelos sérvios são, de fato, de uma brutalidade impressionante, embora seus inimigos tampouco tenham as mãos limpas de atrocidades. Pouco se fala sobre a maneira sobre a qual os interesses externos precipitaram o banho de sangue.

**O desmoronamento do Leste atiçou os oportunistas. Alemanha, França e Inglaterra decidiram “tirar uma casquinha”**

Para justificar o apoio do Ocidente à secessão das antigas repúblicas iugoslavas, difundiu-se o mito de que a federação era um amontoado de etnias que se odiavam, mantidas juntas apenas pela repressão. É uma simplificação grosseira. A Iugoslávia nasceu, ao final da primeira Guerra, de um complexo conjunto de fatores, entre os quais o desejo de boa parte dos “eslavos do sul” (os iugoslavos) de formar um país. Além disso, a desagregação sangrenta dos últimos anos não era o úni-

co desenlace possível. As diversas nacionalidades que hoje se degladiam conviveram sem maiores atritos durante décadas. Milhões de indivíduos se consideravam iugoslavos, antes de ser sérvios, bósnios, croatas ou eslovenos.

**O desmanche das garantias sociais que havia na Iugoslávia acentuou o sentimento de insegurança**

As rivalidades latentes só se tornaram tão perigosas devido à ação de políticos oportunistas nas várias repúblicas, ávidos por preencher o vazio deixado pela crise de legitimidade dos regimes do Leste Europeu após a queda do Muro de Berlim. Nessa hora decisiva, os países europeus que hoje se mostram horrorizados optaram, cada um, por tirar sua “casquinha”, sem avaliar as conseqüências. Desprezaram uma solução negociada, que reorganizasse a federação em novas bases ou a dissolvesse de forma civilizada, para apostar na desagregação. A Áustria queria refazer os velhos laços imperiais com a Eslovênia. A Alemanha estava de olho na Croácia, um quintal antigo. A França tentava equilibrar-se entre os vínculos históricos com a Sérvia e o interesse em fa-

zer da Bósnia um Estado-cliente.

Na corrida da secessão, atropelou-se a vontade das minorias étnicas, em especial dos sérvios que vivem na Bósnia (31% da população do país) e na Croácia (12%). Eles não aceitam deixar a Iugoslávia, onde eram maioria, para virar um grupo minoritário, de garantias incertas, em países criados à sua revelia. Nada disso justifica a “limpeza étnica” e outros crimes cometidos pelas milícias sérvias, mas ajuda a entender o clima de histeria que — habilmente manipulada pelo atual líder sérvio-iugoslavo Slobodan Milosevic e por aventureiros sérvios locais — levou à criação de repúblicas separatistas sérvias em guerra contra os governos bósnio e croata. O desmanche das garantias sociais da ex-

Iugoslávia na maré neoliberal acentuou o sentimento de insegurança, criando um campo fértil para a demagogia nacionalista.

**Nem a guerra civil na Croácia serviu de lição. O Ocidente ajudou a botar fogo também na Bósnia**

No caso da Bósnia, há um agravante: o Ocidente não pode alegar que não podia prever os resultados de sua política. A guerra civil já comia solta na Croácia quando, estimulados pelos “amigos” europeus-ocidentais, os dirigentes muçulmanos e croatas de Sarajevo proclamaram a independência, depois de um plebiscito boicotado por mais de um terço da população. Assuntos como este não se resolvem por plebiscito, mas pelo diálogo. Por pressão alemã, a União Européia correu a reconhecer a secessão bósnia, imaginando que dessa maneira tornaria a independência um fato consumado. O que se consumou, em lugar disso, foi a guerra.

## UM CAMPEONATO PARA NINGUÉM PERDER

**Animado por nova geração de craques, e disputa acirradíssima entre os clubes, Brasileirão-95 deve ser um dos melhores de todos os tempos**

**C**omeça no dia 19 de agosto o Campeonato Brasileiro de Futebol Interclubes, o chamado "Brasileirão-95". É o torneio mais importante do futebol tetracampeão do mundo e dá ao campeão um dos dois passaportes para disputar a Copa Libertadores da América, principal torneio interclubes da América do Sul e o Campeonato Mundial Interclubes, conquistado até hoje por apenas quatro times brasileiros — Santos, São Paulo, Grêmio e Flamengo.

Apesar dos cartolas, o futebol brasileiro continua em ótima fase. O campeonato de 95 promete ser um dos melhores dos últimos tempos, principalmente em razão do surgimento de uma geração de craques que há muito não se via: Juninho, Souza, Sávio, Marques, Caio, Danrlei, Marcelinho, Zé Elias, Giovanni, Amoroso, entre outros.

**O Grupo A parece ser mais forte: além dos finalistas de 94, tem o milionário Flamengo e o temível Grêmio**

A fórmula do campeonato de 95 já foi decidida pelo "Clube dos treze", uma associação informal dos maiores clubes do país. O torneio será disputado por 24 times divididos em duas chaves com 12 equipes cada. Haverá dois turnos: no primeiro os clubes de cada grupo jogam entre si; no segundo, enfrentam os da outra série. Os campeões dos grupos em cada turno classificam-se para a semifinal. Muita gente se pergunta se não era mais fácil jogarem todos contra todos em dois turnos e a equipe com mais pontos ser proclamada campeã. Mas, a idéia de realização de semifinal e final nada mais é do que uma fórmula para que haja arrecadações fabulosas.

O grupo A teoricamente está mais forte. Além de Corinthians e Palmeiras, finalistas do Brasileirão-94 e do Paulista-95, tem o Grêmio, que disputou a final da

Copa do Brasil com o Corinthians, e o Flamengo que investiu fortunas na aquisição de megacraques como Edmundo e Romário. Inclui ainda o Juventude (RS); o Guarani que já foi campeão em 78 e vice em 86; o Bragantino, vice em 81 e o Vitória, vice em 93. Fora a tradição de títulos, o grupo A reúne os clubes de maior torcida e os esquadrões mais bem montados no momento.

O Flamengo está se reforçando e montou um ataque que promete apavorar as defesas adversárias: Edmundo, o animal, Romário, o baixinho, Sávio, o diabo loiro. Quer ainda reforçar o meio de campo com Djair e a defesa com um zagueiro de nível de seleção.

O Palmeiras, além de reforçar o ataque com Muller e Nilson, trouxe de volta o "capetinha" Edílson, e pretende ainda ter o "coringa" Cafu e o colombiano Rincón. Apesar de ter perdido para a Inter de Milão Roberto Carlos, o melhor lateral esquerdo do momento que vai para a Inter de Milão, promete fazer o periquito cantar "tricampeão".

**No B, outro elenco de primeira: o Fluminense campeão, o São Paulo de Telê, Vasco, Atlético e Inter**

O Corinthians perde seu ídolo maior — Viola — para a Espanha, mas vive um fase privilegiada: foi campeão da Copa do Brasil-95, está disputando a final do Paulista, sem contar que venceu a taça São Paulo de Juniores-95 e está aproveitando um garotada que promete: André Santos, Silvinho, Fabinho. É um time montado há algum tempo, disputando títulos e



**Edmundo e Sávio, pela seleção: juntos eles prometem fazer do Flamengo um dos grandes favoritos do campeonato que começa dia 19**

vive um astral tão bom que sua torcida, empolgada, a Gaviões da Fiel, arrebata até o título do Carnaval Paulista-95.

O Grêmio, que revelou Danrlei, é um time de forte pegada, e tem tradição de chegar às finais. É um misto de técnica brasileira com a garra uruguaia que tanto tem atormentado nosso futebol.

A chave B tem Vasco, Fluminense e Botafogo, times do Rio que concorrem por fora mas têm tradição de chegada. O Bota conta, além de tudo, com o "mão santa" Túlio, que promete ajudar a geração de ouro do vôlei a reconquistar o seu lugar de prestígio no cenário mundial... No mesmo grupo estão também São Paulo, Santos, Guarani, União São João, Bragantino e Portuguesa. A Portuguesa promete desta vez nadar e não morrer na praia — muitos menos nos brejos em que se transformaram os campos dos estádios paulistas. O São Paulo, mordido com a péssima campanha que reali-

zou no campeonato Paulista, promete comer os adversários pela beirada: manteve o casamento de cinco anos com Telê Santana, e a presença de pouco jogadores de expressão (Zetti e Juninho) é compensada por uma meninada que promete um futebol solto, alegre, mas competitivo ao estilo leal de Telê.

**Nem a estupidez dos dirigentes é motivo para perder a disputa: o futebol é muito maior que a cartolagem**

Inter e Juventude querem levar o título para os pampas. O Colorado, vem com o futebol "socialista" que marcou suas origens, e caracterizou aquele inesquecível esquadrão que incluía Falcão, Carpegiani, Batista e outros. O Juventude, também mantido pela Pammalat, pretende o mesmo sucesso alcançado pelo alviverde do Parque Antártica.

Minas Gerais vem com seus tradicionais representantes: Atlético e Cruzeiro. O Galo promete cantar alto

no terreiro do Brasileirão e a Raposa promete sair de sua toca, fingir-se de morta, e ao estilo da esperteza mineira, enganar a todos e levar o troféu para a toca. Vitória, Bahia, Sport e Paraná são os azarões.

O torcedor precisa estar atento: incompetência, corrupção, troca de favores e outras maracutaías caracterizam os dirigentes, que relegam estádios ao abandono, organizam calendários que levam em conta apenas os interesses comerciais e se omitem perante as péssimas arbitragens — quando não montam esquemas inescrupulosos para favorecimento de certos clubes. Com sua arrogância destroem o trabalho de técnicos e supervisores, e escravizam os jogadores através de uma lei do passe arcaica e reacionária, elitizam o futebol, inflacionando os ingressos. Ainda assim, o Brasileirão é um espetáculo que não se pode perder: o futebol é muito maior que a cartolagem.

**FERNANDO CAMPOS e FRANCISCO CAPARROZ\***  
\*COLABORADOR DO BRASIL AGORA